

A TRIÁDE NORMATIVA DE C. S. PEIRCE*

C.S. PEIRCE'S NORMATIVE TRIAD

Rachel Herdy

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) - Brasil

herdy@puc-rio.br

Resumo: O propósito deste trabalho é traçar a evolução do pensamento de C. S. Peirce acerca da ética desde uma forma de conhecimento “inútil” e “dúbia” na segunda metade da década de 1890 até um tema filosófico de maior envergadura na década de 1900. Pretende-se mostrar como suas distintas posições parecem relacionar-se com sua teoria das categorias. Enquanto uma abordagem diacrônica será necessária para corrigir os frequentes esforços em resolver as inconsistências da teoria moral de Peirce, uma abordagem categórica torna-se essencial para perceber a sua coerência interna e dar suporte à tese de que Peirce mudou de uma posição nominalista para uma concepção realista no campo da ética. Com a ajuda do diagrama de Peirce das formas degeneradas da Terceiridade, tentarei oferecer uma abordagem subcategórica da concepção “triádica” do ideal normativo de Peirce.

Palavras-chave: C. S. Peirce. Ética. Ciências Normativas. Categorias. Degeneração.

Abstract: *The purpose of this paper is to trace the evolution of Peirce's thinking about ethics from dismissing it as a “useless” and “dubious” kind of knowledge in the second half of the 1890s to reviewing it as a major philosophical concern in the 1900s. I will show how his distinct positions appear to correlate with his theory of the categories. While a diachronic approach will be necessary to correct some common efforts to resolve the inconsistencies in Peirce's moral theory, a categorical account is essential to perceive its inner coherence and to support the view that Peirce moved from a nominalist to a realist position in ethics. With the help of Peirce's diagram of the degenerate forms of Thirdness, I will attempt to offer a sub-categorical account of the “threefold” notion of the normative ideal.*

Keywords: C. S. Peirce. Ethics. Normative Sciences. Categories. Degeneracy.

* * *

What was it that Pascal said? “La vraie morale se moque de la morale.” (C. S. Peirce, 1902)

Ao lembrar, durante as suas Palestras de Harvard de 1903, a origem de seu interesse na ética, Peirce mencionou duas vezes o ano de 1883. Ele nos contou que naquele momento começara a ler os trabalhos dos grandes moralistas e a disciplina da ética passou a

* Agradeço aos participantes do Quarto Encontro Anual Pragmatista da Costa do Atlântico, realizado nos dias 28-29 de março de 2009, na Universidade da Carolina do Sul, onde uma versão preliminar deste estudo foi apresentada. Gostaria de expressar a minha gratidão à Rosa Mayorga, por compartilhar suas ideias; e, em especial, à Professora Susan Haack, pela leitura atenta. Agradeço ainda ao Lucas Luoni, pelas soluções gráficas. Este trabalho foi redigido durante o período em que estive como Pesquisadora Visitante na Universidade de Miami com o apoio financeiro do Programa de Doutorado com Estágio no Exterior do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PDEE-CAPES).

impressioná-lo (CP 5.111, 1903)¹. Contudo, Peirce também admitiu que naquele tempo ainda não se encontrava preparado para afirmar que a ética era uma ciência normativa (CP 5.129, 1903). A primeira abordagem compreensiva de sua posição com relação à ética somente se articularia na segunda metade da década de 1890, quando Peirce já contava com quase sessenta anos; e fora bem negativa:

Não tenho uma palavra sequer a dizer contra a filosofia da religião ou sobre a ética em geral ou em particular. O que digo somente é que no presente é tudo muito duvidoso para garantir a aposta de qualquer vida humana sobre elas (CP 1.620, 1898).

Em contrapartida, a sua segunda e positiva concepção sobre a ética, e a inclusão da mesma ao lado da lógica e da estética nos quadros da ciência normativa, aconteceria pouco tempo depois, no início da década de 1900. Peirce afirmou em 1902:

É, portanto, impossível ser completamente e racionalmente lógico exceto sob um fundamento ético. Tivesse eu inteiramente compreendido este grande princípio cedo na vida, teria sido indubitavelmente influenciado pelo espírito moral (CP 2.198, 1902)

O fato de que Peirce levava muitos anos para se pronunciar sobre a ética e que mudara de opinião sobre a sua importância filosófica em um período de tempo relativamente curto talvez explique porque seus escritos morais não tenham sido levados a sério².

O argumento que pretendo desenvolver neste ensaio seguirá a sugestão recente de Rosa Mayorga (2007) de que Peirce possuía duas opiniões acerca da ética, e de que suas duas posições, inicialmente nominalista e posteriormente realista, coincidem, respectivamente, com as categorias da Segundidade e da Terceiridade. Seguir a sugestão de Mayorga me permitirá desenvolver a idéia de que Peirce assumira três posições (como de costume) com relação à ética, pois veio eventualmente a pensar que a ética deveria recorrer, em última instância, à estética. Contudo, como pretendo argumentar, seria errôneo supor que Peirce viera a relacionar o ideal normativo com a categoria da Primeiridade. Com a ajuda do diagrama das formas degeneradas da Terceiridade, tentarei discutir uma explicação subcategórica, mais complexa, do que chamarei aqui de “concepção triádica” do ideal normativo de Peirce, a qual envolve, de uma só vez, as noções de excelência lógica (raciocínio verdadeiro), excelência ética (conduta correta) e excelência estética (qualidade do belo). Quero sugerir que uma abordagem compreensiva da evolução da concepção de Peirce sobre a ética requer considerar não apenas as três categorias universais – quais sejam, Primeiridade, Segundidade e Terceiridade –, mas também as formas degeneradas de tais categorias; particularmente, as

¹ As referências neste formato referem-se aos *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, ed. por C. Hartshorne, P. Weiss e A. Burks, 8 vols. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1931-1960, com a indicação do volume e do número de parágrafo, seguidos pela data atribuída ao manuscrito. As demais referências seguirão o sistema padrão, também com a indicação da data do manuscrito no final: “EP” refere-se ao *The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings*, ed. por N. Houser, C. Kloesel e The Peirce Edition Project, 2 vols. Bloomington: Indiana University Press, 1992-98; “W” refere-se aos *Writings of Charles Sanders Peirce: A Chronological Edition*, ed. por M. Fisch, C. Kloesel, and E. Moore, et al., 6 vols. Bloomington: Indiana University Press, 1982—; e “RLT” refere-se ao *Reasoning and the Logic of Things: The Cambridge Conferences Lectures of 1898*, ed. por K. L. Ketner. Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

² Richard Robin argumentou que Peirce estava “muito velho e muito debilitado” (Robin, 1964: 271); Manley Thompson afirmou que os “pronunciamentos fragmentados” de Peirce sobre a ética foram “ligeiros” demais (Thompson, 1963: 197). Beverley Kent (1987: 220, n. 35), no entanto, afirmou que “o volume dos escritos que discutem as ciências normativas é ao todo muito significativo para ser superficialmente desconsiderado. O fato de que se trata de um desenvolvimento tardio na evolução do pensamento de Peirce deveria aumentar a sua relevância ao invés de retirá-la, pois representa a sua visão madura. Não há qualquer evidência capaz de sustentar a sugestão de que a capacidade mental de Peirce se esvanecia”. É importante ressaltar aqui o recente interesse na ética de Peirce (Anderson, 1999; Mayorga, 2007; Mullin, 2007). Para uma coleção de ensaios sobre o tópico, veja Parret (1989); e para uma bibliografia compreensiva, veja Parker (2002).

formas degeneradas da Terceiridade, chamadas de “Terceiridade Reacional” e “Terceiridade Qualitativa”. A relação entre a tríade normativa de Peirce e a categoria da Terceiridade tem sido pouco explorada.

A apresentação a seguir divide-se em duas partes. Primeiro, traçarei um esboço dos três estágios que identifico na evolução (ou crescimento) da concepção de Peirce sobre a ética, e como suas posições parecem relacionar-se com as suas categorias (1). Enquanto a correspondência entre, de um lado, as noções de “moral” e “Ética Pura” e, de outro, as categorias da Segundidade e da Terceiridade, respectivamente, tornar-se-á mais clara, encontrar um lugar para a “estética” no esquema categórico de Peirce será uma tarefa mais complicada. Esta dificuldade inclusive levou alguns comentadores da obra de Peirce a propor a inclusão de uma quarta categoria, chamada de “Quartidade”³. Para melhor clarificar a tríade normativa de Peirce, pretendo discorrer na segunda parte deste artigo sobre as formas degeneradas da Terceiridade (2). Vale ressaltar que não será possível realizar no âmbito deste curto ensaio uma descrição exaustiva da teoria das categorias de Peirce e de suas subdivisões degeneradas, bem como de suas concepções sobre a ética. Mesmo assim, espero mostrar que o pensamento de Peirce acerca da ética evoluiu significativamente; e que sua posição última, de caráter realista, deve ser entendida à luz das formas degeneradas da Terceiridade.

1. A evolução das concepções de Peirce sobre a ética à luz da teoria das categorias

Estágio 1: Moralidade e Segundidade

Em um manuscrito de 1896, intitulado “Lições da História da Ciência”, Peirce declarou que a moralidade é essencialmente conservadora, e que o “conservadorismo sobre a moral conduz ao conservadorismo sobre as maneiras e finalmente ao conservadorismo sobre as opiniões de tipo especulativo” (CP 1.50, 1896). Logo, para salvaguardar o próprio raciocínio, de forma a evitar o chamado “raciocínio falso” ou “pretensioso”, Peirce insistiu que a ética e a filosofia fossem consideradas como duas disciplinas distintas. Ironicamente, como Cornelis de Waal (2007: 7) observou, a própria “ética da investigação” de Peirce neste momento “parece excluir a investigação ética.”

Peirce afirmou em 1896:

[C]omo a moralidade supõe o autocontrole, os homens aprendem que não podem se submeter sem reservas a qualquer método, sem considerar as conclusões a que serão levados. Mas isso é claramente contrário à mentalidade resoluto que se requer na ciência. (CP 1.57, 1896)

É importante notar que a atitude primeira resistente de Peirce com relação à ética fora acompanhada de sua rejeição à noção de “autocontrole”, inerente ao raciocínio moral. Em 1896, Peirce acreditava que o controle do pensamento em busca de um fim último jamais conduziria o homem da ciência à verdade, pois a investigação livre não poderia permitir qualquer restrição no curso do raciocínio. “Como a moralidade supõe o autocontrole”, dissera Peirce, “os homens aprendem que não podem se submeter sem reservas a qualquer método, sem considerar as conclusões a que serão levados. Mas isso é claramente contrário à mentalidade resoluto que se requer na ciência.” (CP 1.57, 1896) O homem imbuído pelo espírito científico deve submeter-se às forças da experiência; isto é, deve estar preparado para abandonar as suas crenças, “antes de saber quais serão as decisões” (CP 1.57, 1896). Trata-se

³ Veja Carl R. Hausman (1979), “Value and the Peircean Categories”. O trabalho de Hausman é uma resposta ao artigo de Herbert W. Schneider (1952), “Fourthness”. Ainda sobre o assunto, v. Carl G. Vaught (1986), “Semiotics and the Problem of Analogy: A Critique of Peirce’s Theory of Categories”; e Carl R. Hausman (1988), “Fourthness: Carl Vaught on Peirce’s Categories”.

de outra maneira de exortar o famoso ditado de Peirce: “Não bloqueie o caminho da investigação” (CP 1.135, 1899).⁴

Na sua palestra de abertura das famosas Conferências de Cambridge de 1898, Peirce repetiu seus argumentos negativos com relação à ética. Ele denunciou a crença assumida pela filosofia grega de que o progresso na filosofia naturalmente afetaria a cultura moral. Peirce confessou que, a esse respeito, ele se posicionaria como “um homem científico, condenando com toda a força da convicção a tendência de misturar filosofia e prática” (CP 1.618, 1898). Concretamente, Peirce descreveu a ética como uma disciplina “conservadora”, “dúbia”, “miserável” e “positivamente perigosa”, estabelecendo uma separação entre o raciocínio, elemento característico da investigação filosófica e científica, e os instintos ou sensações, fonte das decisões sobre assuntos de “importância vital”, como questões da moral e da religião⁵.

O argumento de Peirce em 1896-98, a meu ver, possui duplo aspecto: não só “uma preocupação exagerada com a moralidade é desfavorável ao progresso científico” (CP 1.50, 1896), mas também o recurso ao raciocínio em assuntos de natureza moral é arriscado para a moralidade. No primeiro caso, a moralidade implica conservadorismo, e como o conservadorismo é prejudicial à livre investigação, a moralidade deveria ser “colocada fora de vista pelo investigador” (CP 1.640, 1898). No segundo caso, a rejeição do raciocínio no campo de assuntos práticos relaciona-se com a teoria da crença de Peirce, articulada em seu artigo de 1877, “A fixação da crença”. Com efeito, a investigação científica, afirmou Peirce, somente progride com a dúvida; mas a dúvida não pode dar qualquer direção à conduta humana. Recordemos as palavras de Peirce no famoso artigo de 1877: “A sensação de acreditar é uma indicação mais ou menos segura de que se estabeleceu em nossa natureza algum hábito que determinará nossas ações. A dúvida jamais possui tal efeito” (CP 5.371, 1877). Em face de assuntos morais, de natureza prática e vital, ao contrário do que se passa no campo da ciência, é preciso que sejamos capazes de agir; e “o princípio sobre o qual estamos dispostos a agir é uma *crença*” (CP 1.636, 1898). Mas se o raciocínio (científico) requer que o homem esteja preparado a abandonar as suas crenças quando a experiência as contraria, conclui-se que o raciocínio enquanto tal é prejudicial à conduta moral. Peirce explicou:

Se uma proposição deve ser aplicada à ação, ela deve ser abraçada, ou acreditada sem reservas. Não há espaço para a dúvida, a qual somente paralisa a ação. Mas o espírito científico requer que o homem esteja a todo o momento pronto para descartar todo o seu arcabouço de crenças, no momento em que experiência o contrarie. (CP 1.55, 1896)

É preciso chamar a atenção aqui para o fato de que, neste momento, Peirce vislumbrava a ética e a filosofia como dois departamentos “radicalmente distantes”. Como Kent observou (1987: 106), em 1898 “é evidente que Peirce ainda não havia elaborado qualquer tentativa de trazer a lógica e a ética juntas sob o guarda-chuva das ciências normativas”. A Ética formava um ramo da Ciência Prática, isenta de qualquer conteúdo científico, ao passo que a Filosofia constituía uma divisão da Ciência Teórica:

A filosofia parece consistir-se de duas partes, Lógica e Metafísica. Eu excluo a ética, por dois motivos. Em primeiro lugar, enquanto ciência sobre o fim e o objetivo da vida, [a ética] parece ser exclusivamente psíquica, e portanto confinar-se a um departamento especial da experiência, enquanto a filosofia estuda a experiência em suas características universais. Em

⁴ É surpreendente que em 1896-98 Peirce rejeitasse a ética com base na ideia de autocontrole, pois não só ele afirmara na década de 1880 que a inferência lógica era uma operação voluntária e controlada (W4: 400-1, 1883) como também repetira a mesma idéia em um manuscrito de 1893 (CP 7.444, 1893).

⁵ A relação entre sensação e raciocínio na filosofia de Peirce constitui um tema à parte, cuja complexidade terá de ser explorada noutro momento. Cf. Hookway (1997: 202).

segundo lugar, ao buscar definir o objetivo próprio da vida, a ética me parece localizar-se com as artes. (RLT: 115-6, 1898)

A primeira concepção de Peirce sobre a ética (ou melhor, sobre a “moralidade”) parece relacionar-se com sua categoria da Segundidade. Isso em tese explicaria porque ele não consideraria a ética um tópico de importância vital. Antes de prosseguir, devo considerar brevemente a categoria da Segundidade. Em seguida, vou assinalar algumas indicações que acredito parecem justificar a tese de que a moralidade e a Segundidade estão relacionadas nesta primeira fase da concepção sobre a ética de Peirce.

Peirce nos ensina que a categoria da Segundidade compreende os fatos atuais que estão presentes aqui e agora (*hic et nunc*), no mundo concreto. As experiências pertencentes à categoria da Segundidade são *individuais* no sentido escolástico; isto é, tais experiências insistem em estar aqui independentemente de qualquer razão ou lei. Um Segundo é um fato bruto, e assim permanecerá, contingente e acidental, até que uma razão venha a servir como um Terceiro mediador. A manifestação da Segundidade é mais proeminente nas seguintes idéias: “luta”, “ação” “reação”, “choque”, “volição”, “inibição”, “constrangimento”, “esforço”, “agressividade”, “brutalidade”, “resistência”. Uma importante característica que essa *individualidade* da Segundidade implica – especificamente em relação à primeira concepção de Peirce sobre a ética – é o fato de que o indivíduo “é determinado em relação a toda possibilidade” (CP 1.435, 1896). Trata-se do *princípio do terceiro excluído*: “aqueles objetos do universo que não possuem dada característica, possuem outra que se encontra em relação de negação com a primeira” (CP 1.450). Assim, as distinções que se aplicam a um elemento pertencente à categoria da Segundidade são sempre “dualistas” (CP 1.330, 1894); e como Peirce escrevera em 1896:

Um dos piores efeitos da influência do raciocínio moral e religioso na ciência consiste nisto, que as distinções sobre as quais ambos insistem como fundamentais são distinções duais, e que suas tendências são em direção à ignorância de todas as distinções que não são duais e especialmente da concepção de continuidade (CP 1.1, 1896).

A moral classifica a conduta humana como boa ou má, mas é possível que alguém se sinta desafiado por uma linha de conduta que recai “em algum local próximo ao meio da ponte”, observa Peirce; mas isso é “contrário aos ensinamentos de qualquer sistema moral que já tenha existido no coração e na consciência de um povo” (CP 1.61, 1896). A noção de moralidade neste primeiro estágio do pensamento de Peirce assume uma dimensão concreta, particular, individual, pois se refere a uma ciência prática que se debruça sobre os ideais de conduta de uma dada comunidade; o chamado “folclore” da conduta humana. Peirce não fora capaz de atentar para uma concepção universal da ética que fosse além da moralidade de uma comunidade particular e concreta. De fato, seria um grave erro nominalista para Peirce atribuir qualquer importância filosófica a reações morais individuais.

Mas as Conferências de Cambridge de 1898 representaram o último momento em que Peirce pronunciara publicamente a sua posição de repúdio à ética. As palavras de Peirce foram fortes, e o tom sarcástico que empregou certamente tem a ver com os desentendimentos entre ele e James acerca da “vitalidade” do tópico a ser endereçado⁶. De todo modo, acredito

⁶ Tudo indica que Peirce estava sendo irônico porque havia ficado chateado com a insistência de James para que proferisse suas palestras sobre “idéias soltas” a respeito de “tópicos de importância vital”. Peirce queria apresentar uma série de palestras sobre a “lógica dos eventos”, ao passo que James queria um “plano mais popular”, argumentando que “apenas três homens possivelmente poderiam seguir” os seus gráficos. James, que havia arranjado as palestras para Peirce, pediu-lhe que fosse “um bom menino” e modificasse a sua proposta inicial para endereçar uma audiência maior (Hilary Putnam, 1992: 25).

que seja errado descartar os argumentos de Peirce, ou ainda tentar reconciliar a sua atitude reprovadora no tocante à ética com as sua posição madura – como muitos estudiosos almejam⁷. O próprio Peirce confessara sua visão crua acerca da ética em uma carta que escreveu para James em novembro de 1902:

Quando proferi as minhas palestras de Cambridge ainda não havia na realidade atingido o fundo da questão ou enxergado a unidade de toda a coisa. Foi somente depois disso [das palestras] que obtive a prova de que a lógica deve fundar-se na ética (CP 8.256, 1902).

Isso fica claro também noutra carta que Peirce escreveu à Christine Ladd-Franklin, quando esta veio a lecionar Lógica na Universidade de Johns Hopkins:

Minha querida Senhora Franklin: Dá-me prazer saber que você está prestes a palestrar sobre lógica na Johns Hopkins. Mas, oh, você não terá uma classe maravilhosa e charmosa como tive, especialmente no primeiro ano. Naqueles dias sabia muito pouco sobre lógica, e tampouco entendia completamente sobre o que a lógica é baseada. Não estava na posse da prova de que a ciência da lógica deve basear-se na ciência da ética, embora tivesse mais ou menos percebido que o bom raciocínio depende mais da boa moral do que de qualquer outra coisa. (*Apud* Ladd-Franklin, 1916: 715-722)

Estágio 2: Ética Pura e Terceiridade

Até onde pude determinar, a atitude positiva de Peirce com relação à ética foi enunciada pela primeira vez na resenha do livro de Edward Mezes, publicada em outubro de 1901 no periódico *The Nation*. Nesta resenha, Peirce descrevera o trabalho do autor como uma espécie de “antropologia ética”, um estudo sobre o que o homem considera ser moral, e acrescentara que tal tipo de estudo não representava o que então passou a descrever como “Ética Pura”. Peirce escrevera especificamente que “a lógica apóia-se na ética em um grau que poucos têm conhecimento”; que “a ética enquanto ciência positiva deve sustentar-se em fatos observáveis”; e que “a única fundação sólida para a ética reside naqueles fatos da vida diária que nenhum filósofo cético jamais questionou” (CP 8.158, 1901). Mesmo assim, em outro manuscrito, aparentemente redigido no início de 1901, Peirce parecia não estar disposto a identificar uma posição sólida para a ética em sua filosofia (7.201, c. 1901).

De fato, é difícil termos certeza sobre o momento exato em que Peirce mudou radicalmente de idéia sobre a ética. Suas próprias recordações sobre o tópico flutuaram. Em 1903 Peirce assumiu que até aproximadamente 1899 ele “não estava preparado para afirmar que a ética era uma ciência normativa” (CP 5.129, 1903); mas em 1902 ele declarou que pelo menos desde 1897 a intimidade da relação entre a lógica e a ética havia sido revelada (CP 2.198, 1902) – vale recordar que as suas palavras críticas nas Conferências de Cambridge de 1898, quando declarou abertamente a sua desconfiança com relação à ética. Mais tarde, aproximadamente em 1905, Peirce nos disse que fora durante as Palestras de Lowell (proferidas no final de 1903) quando afirmara pela primeira vez que a lógica dependia da ética (5.333, c. 1905); mas tal declaração parece não se encaixar também, pois Peirce escreveu extensamente sobre as ciências normativas nos manuscritos da *Lógica Minuta* (*Minute Logic*) de 1901-02. Parece-nos razoável sugerir que a sua primeira visão acerca da ética passou a ser revisada entre os anos de 1896-97, período no qual Peirce fez alterações significativas em sua classificação das ciências. De 1892 a 1898 Peirce tentou desenhar ao menos dez esquemas

⁷ Cheryl Misak (2004: 174), por exemplo, propõe-se a “resolver a tensão entre as vertentes cognitivista e nao-cognitivista na obra de Peirce”; contudo, a autora procede elucidando as passagens das Palestras de Cambridge de 1898 com excertos posteriores a 1902, quando Peirce já havia mudado de idéia.

classificatórios, e nos manuscritos datados de 1896 em diante, aventurou-se a incluir tentativamente a ética nas divisões de sua Filosofia.⁸

Foi a nova abordagem da lógica por parte de Peirce que precipitou a sua reavaliação da ética. Até este momento, Peirce não considerava o raciocínio lógico como uma operação controlada do pensamento. Mas agora a operação de elaborar uma inferência lógica passou a ser considerada como uma ação controlada, voluntária, deliberada e propositiva, na medida em que envolve a aprovação da própria inferência elaborada. Todo pensador que raciocina assume o propósito de encontrar a verdade; conseqüentemente, ele está sempre consciente de que procede conforme “padrões de raciocínio correto” (CP 1.606, 1903). O pensador normalmente compara a sua inferência com as normas gerais do raciocínio correto por meio de uma atitude deliberada, crítica e autocontrolada. “A lógica é a teoria do pensamento autocontrolado, deliberado; e, assim sendo, deve apelar à ética para seus princípios” (CP 1.191, 1903). Ha um paralelismo perfeito entre raciocínio lógico e conduta moral, e isso ocorre em virtude da noção de autocontrole. Vale lembrar que em 1896-98 Peirce havia excluído a ética da divisão da filosofia justamente com base no fato de que a idéia de autocontrole bloquearia o caminho da investigação. A lógica de Peirce à luz da ética encontra assim um novo cenário: “Agora, a lógica é o estudo dos meios para alcançar o fim do pensamento. Ela não pode solucionar tal problema enquanto não souber claramente o que é tal fim. A vida só pode ter um fim. É a ética que define tal fim” (CP 2.198, 1902).

Assim, para Peirce, a ciência da Ética Pura constitui uma matéria estritamente teórica e não deve confundir-se com a disciplina prática da moral. Não se tem a pretensão de guiar a conduta humana. Trata-se de um estudo acerca do caráter (ou da natureza) da conduta correta; aquilo que se costuma denominar de *Summum Bonum*. O objetivo, portanto, não é classificar a conduta humana nas classes do certo e do errado, o que seria uma espécie de *casuismo ético*, nas palavras de Peirce. Sublinhando este problema encontra-se a tarefa de estabelecer o que é da categoria do certo e o que é da categoria do errado (CP 2.198, 1902). A Ética Pura de Peirce parece identificar-se com o campo de estudos que hoje se identifica como *meta-ética*. Vincent Potter (1997 [1967]: 32) considerou a Ética Pura um estudo sobre o que faz “o certo certo e o errado errado”; ao passo que Robin (1964: 227) identificou a definição de Peirce como um uso distinto do conceito, que sublinha não a valoração de ações concretas, mas a investigação sobre as condições para a satisfação do propósito humano.

No início de 1903 Peirce avançou significativamente em seu entendimento sobre a relação entre lógica e ética numa serie de palestras intituladas “Pragmatismo como um Princípio e um Método do Pensamento Correto”, na Universidade de Harvard. Agora, o tema das Palestras de Harvard deu a Peirce a oportunidade de rever a sua versão do pragmatismo e relacioná-la com a sua nova concepção das ciências normativas. Como um princípio lógico, seria errado interpretar que a Máxima Pragmática faz o significado constituir na ação propriamente dita. Peirce não tinha dúvidas de que a conduta ou um “hábito de ação” era o resultado último de uma crença qualquer; contudo, o significado dos conceitos não pode depender de uma instância individual – de fato, assim pensavam os nominalistas. Para Peirce, o significado tem de ser sempre geral; e este consiste na “implicação intelectual” carregada pelo conceito. Mais propriamente, o significado consiste em “resoluções condicionais gerais para a ação” que ocorrem no intelecto, numa forma de ação concebida (CP 5.528, 1905)

Há certamente muito mais a dizer sobre essa segunda posição de Peirce acerca da ética, e especialmente sobre a virada normativa em sua Máxima. Mas acredito que o que disse

⁸ Para uma abordagem cronológica, v. Kent (1987: 110ss).

até agora é suficiente para explorar a coincidência entre a Ética Pura e a Terceiridade. No esquema categórico de Peirce, a Terceiridade inclui tudo que seja da natureza de uma lei e envolve a idéia de generalidade. Esta categoria manifesta-se nas ideias de “pensamento”, “racionalidade”, “norma”, “mediação”, “significância”, “continuidade”, “evolução”, “crescimento”, “tomada de hábitos”, “regularidade”. Concretamente, a Ética Pura coincide com a categoria da Terceiridade justamente porque constitui um elemento do mundo das representações (*geral*), cujo ser não se manifesta no mundo da existência, mas na determinação da natureza de um elemento da existência: a conduta. Isso significa que a categoria da Terceiridade jamais pode vir a ser atualizada, exceto como um elemento mediador, por meio do qual se determina um evento que antes descrevera condicionalmente (CP 1.536, 1903). Não se trata, portanto, da ação propriamente dita, a qual pertence ao domínio da Segundidade, mas de um “processo de evolução mediante o qual o existente passa cada vez mais a incorporar aqueles gerais que há pouco acabamos de dizer serem destinados, que é o que pretendemos expressar quando os chamamos de razoáveis” (CP 5.433, 1905).

Isto se torna claro na afirmação de Peirce de que as categorias do “certo” e do “errado” não possuem qualquer significado exceto quando uma terceira categoria que funciona como um ideal “medeia” a relação entre ambas. Considere, por exemplo, as idéias de “mão direita” e “mão esquerda”, sugere Peirce. “A sua mão direita é aquela mão em direção ao leste, quando a sua face está para o norte com a sua cabeça em direção ao Zenith. Três coisas, leste, norte e acima são necessárias para definir as diferenças entre direita e esquerda (CP 1.345, 1903). Para resumir, gostaria de recordar novamente as palavras de Peirce na carta que escrevera a James em 1902:

Avancei muito o meu entendimento acerca dessas categorias desde os dias de Cambridge; e agora posso colocá-las de forma muito mais clara e mais convincentemente. A verdadeira natureza do pragmatismo não pode ser entendida sem elas. Ele não considera, como pareço haver pensado inicialmente, a Reação como o ser-todo, mas considera o fim-todo como o ser-todo, e o Fim é alguma coisa que dá a sua sanção à ação. Ele é da terceira categoria (CP 8.256, 1902)

Estágio 3: Estética e Terceiridade Qualitativa

Foi também em virtude do caráter controlado da lógica e da ética que Peirce inicialmente hesitou em incluir a estética no âmbito das ciências normativas: “aquilo que caracteriza a lógica e a ética como peculiarmente normativas é que nada pode ser logicamente verdadeiro ou moralmente correto sem um propósito para tanto”, ao passo que “uma coisa é bela ou feia independentemente de qualquer propósito” (CP 1.575, 1902). O que provocou a terceira posição de Peirce no tocante à ética fora a resposta à questão do fim último da conduta, o *Summum Bonum*. Peirce pensava que o fim último da conduta deveria ser um ideal que não somente abarcasse todos os demais ideais, mas que também possuísse uma qualidade admirável em si. À Peirce lhe parecia, portanto, que não era nem o trabalho do lógico nem o do ético decidir o que deve ser admirável em si. Mais propriamente, caberia ao estético descobrir “qual é a qualidade que é, na sua presença imediata” (CP 2.199, 1902).

“À luz da doutrina das categorias”, dissera Peirce, “devo afirmar que um objeto, para ser esteticamente bom, deve possuir uma quantidade [*multitude*] de partes de tal modo relacionadas entre si de forma a conferir uma qualidade positiva simples imediata à sua totalidade” (CP 5.131, 1903). Novamente então, uma qualidade que existe em sua presença imediata é especificamente o que melhor descreve a categoria da Primeiridade. Devemos interpretar a afirmação de Peirce de que a estética consiste na “ciência normativa básica sobre a qual como uma fundação a doutrina da ética deve apoiar-se” (CP 5.37, 1903) como uma

indicação de que ele finalmente veio a considerar a ética como uma disciplina que pertence à categoria da Primeiridade? Isso significa que Peirce endossou uma espécie de *hedonismo ético*?

Peirce ficara particularmente perturbado com essa última objeção. A afirmação de que a lógica sustenta-se na ética e a ética na estética eventualmente conduziria à conclusão de que o raciocínio poderia ser reduzido a uma questão de gosto; mas mais ainda, implicaria reduzir a verdade, um tema pertencente à Terceira categoria, a uma qualidade da sensação, que pertence à Primeiridade – uma redutibilidade que a teoria das categorias de Peirce jamais admitiria. Foi assim que, no curso de seu argumento a favor do pragmatismo nas palestras de Harvard de 1903, Peirce fora levado a atacar a idéia de redução de uma categoria à outra. Peirce desejava atacar o conceito de *Gefühl*, ou “sensação de logicalidade”, proposto pelo lógico alemão Christopher Sigwart na década de 1870. Assumir tal posição implicaria “referir a verdade à categoria da Qualidade de Sensação” (EP 2: 166, 1903) Suspeito que foi esta preocupação em particular que levava Peirce a explorar nas palestras de Harvard de 1903 as formas degeneradas das categorias (o tema da próxima seção).

Com efeito, a noção peirciana de “excelência estética” (*aesthetic goodness*) representa talvez a idéia mais enigmática nas considerações de Peirce sobre as ciências normativas. A excelência estética é uma noção complexa, pois não se identifica com uma qualidade das sensações propriamente dita. Assim, a chamada “apreciação estética” (*aesthetic enjoyment*), como Peirce costumava denominá-la, representa uma “sensação razoável”, quer dizer, uma sensação que é capaz de ser compreendida, uma forma de “simpatia intelectual” (CP 5.113, 1903). O próprio Peirce reconheceu a complexidade de sua noção: “Eu não convenho em dizer exatamente *o que* isso [apreciação estética] é, mas que se trata de uma consciência pertencente à categoria da Representação, embora represente algo da Categoria da Qualidade da Sensação” (CP 5.113, 1903).

Para clarificar a idéia de excelência estética podemos contrastá-la com a noção peirciana de “percepto”, introduzida por Peirce em seus estudos fenomenológicos no mesmo período em que passou a considerar a ciência normativa da estética. Peirce escreveu que o percepto é “uma qualidade do sentimento ou da sensação”, que consiste em “um todo singular e indivisível”, e dessa forma relaciona-se com a categoria da Primeiridade (CP 7.625, 1903). O processo por meio do qual o percepto vem à mente não se encontra sob controle, pois este “silenciosamente se força sobre mim” (CP 7.621, 1903). Logo, o percepto nunca poderia ser considerado como bom ou ruim, pois este se encontra fora do autocontrole dos homens. Em contrapartida, a percepção da excelência estética encontra-se sob o autocontrole do pensamento humano; e se assim não fosse, não haveria sentido em classificar a estética como uma ciência normativa. Isso significa que a excelência estética jamais poderia identificar-se com o percepto. Na verdade, a excelência estética parece relacionar-se com a idéia mais complexa de “julgamento perceptual”, o qual ocorre no momento em que o percepto passa a ser contemplado. Peirce explicou:

O ponto de diferença inebriante é que o julgamento perceptual pretende representar alguma coisa [...]. Trata-se de uma diferença muito importante, na medida em que a idéia de representação é essencialmente o que pode ser chamado de elemento da “Terceiridade” [...]. No julgamento perceptual, a mente professa dizer ao *self* futuro da mente qual o caráter do percepto presente. O percepto, ao contrário, sustenta-se sob suas próprias pernas e não faz qualquer tipo de declaração (CP 7.630, 1903).

A introdução da noção do percepto em aproximadamente 1902 foi capaz de dar conta da experiência da Primeiridade genuína, a qual poderia de outro modo ser concebida de forma a abranger o conceito de excelência estética.

A dificuldade em encontrar um lugar para a excelência estética no esquema categórico de Peirce levou alguns autores a sugerir a inclusão de uma Quarta categoria. Herbert W. Schneider (1952) foi o primeiro a apresentar este argumento. Schneider assumiu que, ao lado de uma concepção abstrata e formal do ideal normativo, existe na filosofia de Peirce um outro tipo de situação valorativa, a qual chama de “importância”. De acordo com este autor, a noção de importância diz respeito a uma situação concreta na qual ocorre uma espécie de “satisfação consciente”. Tal situação não poderia ser identificada com a categoria da Terceiridade, na medida em que inevitavelmente recorre à noção de sensação, que pertence à Primeiridade. A Quartidade, afirma Schneider, é “a satisfação peculiar que acompanha um interesse que é perfeitamente compreendido” (1952: 212). Em sua réplica a Schneider, Carl Hausman (1979) expressa uma opinião similar, embora mais ambígua. Embora venha a negar a proposta de Schneider, Hausman argumenta que as três categorias universais são insuficientes para dar conta do papel que o valor estético possui na filosofia de Peirce. Como a excelência estética constitui uma noção valorativa complexa, que não deve ser confundida com a Primeiridade, Hausman argumenta que é preciso então supor que aquela venha a “funcionar” como uma quarta categoria, sem de fato sê-la: um Quarto elemento da experiência que é co-presente e irreduzível às demais categorias.⁹

Acredito que uma abordagem compreensiva da categoria da Terceiridade é necessária para repudiar a inclusão da Quartidade. Peirce não identificou o ideal normativo com a estética somente, mas com uma estrutura triádica complexa que revela não apenas a noção de excelência estética, mas também de excelência ética e lógica. Peirce propôs uma noção tridimensional do ideal normativo, no qual a lógica (raciocínio verdadeiro), a ética (conduta correta) e a estética (qualidade do belo) são igualmente identificadas com a categoria da Terceiridade. Murray Murphey confirma:

Aquilo que parece constituir o acme do belo para Peirce é a Primeiridade de uma Terceiridade genuína levada à última extremidade – isso significa dizer, é a qualidade que emerge da ordem, e quanto mais desenvolvida a ordem, maior o belo. [...] Agora, essa ordem será resultado de leis ou hábitos – Terceiros que controlam os arranjos dos agregados de Segundos (1993 [1961]: 363).

2. A tríade normativa e as formas degeneradas da Terceiridade

Chego então às minhas considerações finais. A degeneração das categorias pode iluminar o último estágio no desenvolvimento da ética de Peirce, quando propôs que tanto a lógica como a ética, que são categorias da Terceiridade, de alguma forma dependem da estética, que apenas “aparece” como uma categoria da Primeiridade. Com efeito, as categorias da Segundidade e da Terceiridade podem assumir formas degeneradas nas quais os caracteres originais das mesmas manifestam-se de forma enfraquecida e desfigurada (CP 5.70, 1903); e esse enfraquecimento pode às vezes nos levar a confundir uma categoria com outra.

Para compreender tais formas degeneradas, a separabilidade das categorias por meio da chamada “prescindibilidade” é central. A prescindibilidade ocorre quando se pode hipoteticamente considerar uma categoria enquanto se desconsidera outra. Trata-se de uma mera “suposição” mental, na qual “atenção exclusiva” é dada a uma categoria em detrimento de outra. Significa que um elemento pode ser destacado ou abstraído mentalmente de outro. Mas a separação por prescindibilidade não é um processo recíproco (EP1: 3, 1968) Quer dizer, pode-se deliberadamente supor espaço sem cor, mas não cor sem espaço. “Enquanto A

⁹ Cf. Vaught (1986: 311-326) e Hausman (1988: 265-278).

não pode ser prescindido de B, B pode ser prescindido de A”. Em termos categóricos, é possível supor um Primeiro sem um Segundo, mas não um Segundo sem um Primeiro; ou, em outras palavras, a Primeiridade pode ser prescindida da Segundidade e da Terceiridade, e a Segundidade pode ser prescindida da Terceiridade – mas nenhuma Terceiridade pode ser prescindida da Segundidade ou da Primeiridade; e nenhuma Segundidade pode ser prescindida da Primeiridade. Cada categoria somente pode ser prescindida, ou supostamente destacada, da categoria que lhe segue. Considere o seguinte:

Onde tem-se uma tríplice, tem-se três pares; e onde tem-se um par, tem-se duas unidade. Então, a Segundidade é uma parte essencial da Terceiridade mas não da Primeiridade, e a Primeiridade é um elemento essencial tanto da Segundidade como da Terceiridade. Assim há aquilo que se pode considerar a Primeiridade da Segundidade e aquilo que se pode considerar a Primeiridade da Terceiridade; e há aquilo que se pode considerar a Segundidade da Terceiridade. Mas não há Segundidade da pura Primeiridade e Terceiridade da pura Primeiridade ou da Segundidade (CP 1.530, 1903).

Veja os diagramas abaixo:

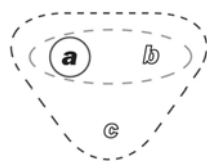


Fig. 1

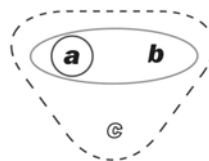


Fig. 2

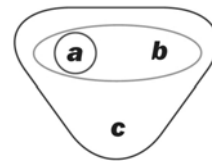
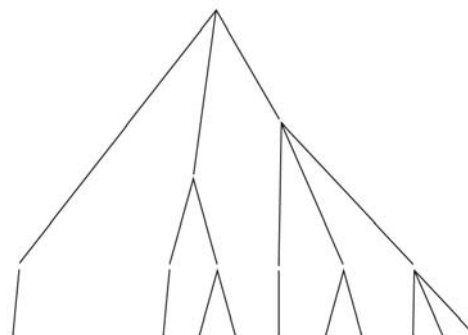


Fig. 3

Nas figuras acima, o número de letras em negrito indicam a categoria a qual cada figura se refere, e as bordas traçadas em negrito indicam as formas degeneradas que cada categoria específica pode vir a assumir. Assim, enquanto a Segundidade pode ser expressa de duas formas diferentes, uma genuína e outra degenerada; e a Terceiridade em três formas diferentes, uma genuína e duas degeneradas, a categoria da Primeiridade não assume qualquer forma degenerada.

Para o presente propósito, focar-se-á na Terceiridade (fig. 3). Peirce explica que o autodesenvolvimento da categoria da Terceiridade resulta em uma tricotomia que dá ensejo a três subclasses: “uma Terceiridade relativamente genuína, uma Terceiridade relativamente Reacional ou Terceiridade até o menor grau de degeneração, e uma Terceiridade Qualitativa ou Terceiridade da última degeneração” (CP 5.72, 1903). Para ilustrar essas três divisões da Terceiridade e suas subsequentes subdivisões, Peirce desenhou o seguinte diagrama (EP2: 132, 1903):



Duas conclusões podem ser inferidas da figura acima. Primeiro, que a tríade normativa envolve todas as categorias da experiência, de modo que há sempre uma perna do tripé na qual a categoria da Terceiridade é genuína; outra na qual a categoria da Terceiridade é

degenerada em menor grau, revelando a sua Segundidade (Terceiridade Reacional); e uma terceira perna na qual a Terceiridade é degenerada em grau máximo, revelando então a sua Primeiridade (Terceiridade Qualitativa). Essa primeira conclusão é consistente com afirmação de Peirce de que a Primeiridade, a Segundidade e a Terceiridade devem estar presentes em todo fenômeno, “uma delas sendo talvez mais proeminente em um aspecto de tal fenômeno do que outra” (CP 5.43, 1903). A segunda conclusão é que a única subdivisão capaz de ser levada indefinidamente é aquela da Terceiridade genuína. Tais subdivisões infinitas revelam uma série sem-fim de experiências representativas que indicam a idéia de *continuidade* e ilustram a Terceiridade em sua perfeição (CP 1.337, 1875).

No caso da Terceiridade Reacional, a Terceira categoria parece pertencer ao mundo concreto, atual. “O terceiro traz a reboque uma Segundidade” (CP 1.538, 1903). Peirce nos dá o seguinte exemplo: afirmar que “A faz um contrato com C” significa expressar uma relação triádica; um fenômeno que pertence à categoria da Terceiridade. Mas tal fenômeno pode também ser referido por meio do fato reacional, ou bruto, de que “A assine o documento D e C assina o documento D”, sem qualquer alusão à intenção das partes contratantes (*animus*). Contudo, “o contrato reside na intenção” (CP 1.475, 1896); e a ação de cada parte de colocar a sua assinatura nas linhas de um contrato refere-se apenas à Segundidade de uma categoria da Terceiridade; quer dizer, à Terceiridade Reacional, a “operação de executar uma intenção” (CP 1.538, 1903). Não “parece” existir qualquer Terceiridade na experiência, mas “verdadeira dualidade” (CP 1.366, 1890). Da mesma forma, quando aplicamos a categoria da Primeiridade à dada categoria da Terceiridade, o que temos é a mera aparência de que a Terceira categoria pertence ao mundo das sensações. Peirce denominou esta sensação de “instigação”, uma espécie de “ser embrionário”. Nas Palavras de Peirce,

A mais degenerada Terceiridade ocorre quando concebemos uma mera Qualidade da Sensação, ou Primeiridade, que se representa a si mesma como uma Representação. Assim, por exemplo, seria a Pura Autoconsciência, a qual poderia ser descrita grosseiramente como uma mera sensação que possui um misterioso instinto de ser uma semente de pensamento”. (CP 5.71, 1903)

Em uma passagem relativamente desconhecida, Peirce afirmou:

[A estética] é a impressão total não-analisável de uma razoabilidade que se expressou na criação. É uma sensação, mas uma sensação que é a Impressão de uma Razoabilidade que Cria. É a Primeiridade que verdadeiramente pertence a uma Terceiridade em sua realização da Segundidade. (CP 310.9, 903)¹⁰

Finalmente, podemos ver que o ideal normativo possui uma dimensão triádica. Nas linhas das divisões da chamada *Terceiridade Genuína*, é possível relacioná-lo à idéia de *continuidade* (lógica), e portanto compreender a dinâmica evolutiva e o caráter inacabado do que poderíamos denominar aqui de “interpretante normativo” – o que deve ser considerado como o ideal último em sua forma genuína será definido por um futuro interpretante, o qual, por sua vez, demandará outro interpretante futuro, e assim sucessiva e indefinidamente até que se alcance a “opinião final” da comunidade de investigadores morais. Este processo é descrito como o “crescimento da razoabilidade concreta”. De forma similar, na linha das divisões da *Terceiridade Reacional*, é possível relacioná-lo à idéia de dualidade (ética), pois o crescimento da razoabilidade concreta ocorrerá por meio do exercício do autocontrole na cognição; e geralmente recairá sobre uma cadeia que se desdobra em dois modos opostos de pensar: o bom e o ruim, o certo e o errado, o belo e o feio. Finalmente, ao visualizarmos o

¹⁰ Esta citação foi retirada do artigo de Beverley Kent (1976), “Peirce’s Esthetics: A New Look”. Este formato de referência indica o número do manuscrito, seguido pelo número da página e data, conforme o catálogo anotado de Richard Robin.

ideal normativo na linha única da *Terceiridade Qualitativa*, perceberemos uma mera sensação atrativa, uma instigação no pensamento (estética).

O papel fundamental da estética na hierarquia das ciências normativas pode agora ser compreendido em razão da prescindibilidade das categorias. Peirce jamais poderia comprometer-se com um pensamento emotivista no campo da teoria moral, pois em última instância desembocaria numa concepção não-realista acerca da ética. Se fosse este o caso, o interpretante normativo careceria de objetividade.

Afinal, para que categorizar as concepções acerca da ética de Peirce? Acredito que Peirce propôs uma concepção mais rica e densa do ideal normativo. Devemos pensar que a concepção de Peirce sobre o ideal normativo sustenta-se em um tripé: em uma perna encontramos a base emocional do ideal normativo – a sensação de satisfação ou atração que a boa conduta evoca; na segunda perna, nos deparamos com a sua força inibidora, que compele nossas escolhas quanto à conduta entre dois caminhos opostos – o certo e o errado, o legal e o ilegal; e, na terceira perna, tropeçamos com o ideal normativo em sua manifestação genuína, a qual é vaga e aguarda por determinação no longo curso da investigação ética da humanidade.

* * *

Referências bibliográficas

HAUSMAN, Carl R. "Fourthness: Carl Vaught on Peirce's Categories." *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, 24(2), 1988, pp. 265-278.

_____. "Value and the Peircean Categories." *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, 15(3), 1979, pp. 203-223.

HOOKEY, Christopher. "Sentiment and Self-Control." In *The Rule of Reason*, ed. por J. Brunning and P. Forster. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

KENT, Beverley Kent. *Charles S. Peirce: Logic and the Classification of the Sciences*. Kingston and Montreal: McGill-Queen's University Press, 1987.

_____. "Peirce's Esthetics: A New Look." *The Transactions of Charles S. Peirce Society*, vol. 12, no. 3, 1976, pp. 263-283.

MAYORGA, Rosa. "Peirce's Moral Realism." Artigo apresentado na *American and European Values Conference*, em Opole, Polônia, julho de 2007.

MISAK, Cheryl. "C. S. Peirce on Vital Matters." In *The Cambridge Companion to Peirce*, ed. por C. Misak. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MULLIN, Richard P. *The Soul of Classical American Philosophy: The Ethical and Spiritual Insights of William James, Josiah Royce, and Charles Sanders Peirce*. Albany: State University of New York Press, 2007.

MURPHY, Murray. *The Development of Peirce's Philosophy*. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 1993 [originalmente publicado em 1961].

PARKER, Kelly A. "Charles S. Peirce on Esthetics and Ethics: A Bibliography." Document available at: http://agora.phigvsu.edu/kap/CSP_Bibliography/, 2002.

PARRET, Helmut (ed.). *Peirce and Value Theory: On Peircean Ethics and Aesthetics*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989.

PEIRCE, Charles Sanders. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, ed. por C. Hartshorne, P. Weiss e A. Burks, 8 vols. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1931-1960.

PEIRCE, Charles Sanders. *Reasoning and the Logic of Things: The Cambridge Conferences Lectures of 1898*, ed. by K. L. Ketner. Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

_____. *The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings*, ed. N. Houser, C. Kloesel e The Peirce Edition Project, 2 vols. Bloomington: Indiana University Press, 1992-98.

_____. *Writings of Charles Sanders Peirce: A Chronological Edition*, ed. M. Fisch, C. Kloesel, and E. Moore, et al., 6 vols. Bloomington: Indiana University Press, 1982—.

POTTER, Vincent G. *Charles S. Peirce: On Norms and Ideals*. New York: Fordham University Press, 1997 [originalmente publicado em 1967].

PUTNAM, Hilary. "Comments on the Lectures." In *Reasoning and the Logic of Things: The Cambridge Conferences Lectures of 1898*, ed. por K. L. Ketner. Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

ROBIN, Richard S. "Peirce's Doctrine of the Normative Sciences." In *Studies in the Philosophy of Charles Sanders Peirce*, Second Series, ed. by E. C. Moore and R. S. Robin. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1964.

SCHNEIDER, Herbert W. "Fourthness." In *Studies in the Philosophy of Charles Sanders Peirce*, ed. por Philip P. Weiner and F. H. Young, Cambridge: Harvard University Press, 1952, pp. 209-214.

THOMPSON, Manley. *The Pragmatic Philosophy of C. S. Peirce*. Second edition. Chicago: The University of Chicago Press, 1963.

VAUGHT, Carl G. "Semiotics and the Problem of Analogy: A Critique of Peirce's Theory of Categories." *Transactions of the Charles S. Peirce Society* 22(3), 1986, pp. 311-326.

WAAL, Cornelis de. "Who's Afraid of Charles Sanders Peirce: Knocking Some Critical Common Sense into Moral Philosophy." Paper presented at the International Pragmatist Meeting, held at the Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, Brazil, on November 2007.